

16460

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2020/2021



SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TRES LAGOAS, CNPJ n. 01.923.630/0001-09, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EURIDES SILVEIRA DE FREITAS;
SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE TRES LAGOAS, CNPJ n. 03.106.614/0001-40, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). SUEIDE SILVA TORRES; e
FEDERACAO DO COMERCIO DE BENS, SERVICOS E TURISMO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL, CNPJ n. 15.461.676/0001-50, neste ato representado(a) por seu Presidente, Sr(a). EDISON FERREIRA DE ARAUJO;

CLÁUSULA PRIMEIRA - VIGÊNCIA E DATA-BASE

As partes fixam a vigência da presente Convenção Coletiva de Trabalho no período de 01 de novembro de 2020 a 31 de outubro de 2021 e a data-base da categoria em 01 de novembro.

CLÁUSULA SEGUNDA - ABRANGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho abrangerá a(s) categoria(s) **EMPREGADOS NO COMERCIO VAREJISTA E ATACADISTA**, com abrangência territorial em **Três Lagoas/MS**.

Salários, Reajustes e Pagamento

Piso Salarial

CLÁUSULA TERCEIRA - SALÁRIO NORMATIVO

DATA BASE 01.11.2020

Parágrafo único. O salário normativo dos empregados representados pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Três Lagoas-MS, a partir de 01.11.2020, não será inferior a R\$.1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais);

CLÁUSULA QUARTA - REMUNERAÇÃO COMISSIONISTA

Aos empregados que recebem remuneração variável a exemplo dos comissionados, fica assegurado como garantia mínima o salário de que trata a Cláusula terceira desta Convenção. **Reajustes/Correções Salariais**

CLÁUSULA QUINTA - REAJUSTE SALARIAL

DATA BASE 01.11.2020

a)- O piso salarial a partir de 01.11.2020, até o dia 31.10.2021 será de R\$.1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais);

b)- Os salários acima de R\$.1.190,00 (hum mil cento e noventa reais), serão reajustados pelo índice de 4,77% (quatro virgula setenta e sete por cento), respeitando o piso salarial de R\$.1.260,00 (um mil duzentos e sessenta reais);

Parágrafo 1º. Serão compensados os reajustes concedidos a título de antecipação, salvo os decorrentes de promoção, equiparação salarial ou término de aprendizagem.

Parágrafo 2º. Para os empregados admitidos a partir de 01/11/2020, o reajuste corresponderá ao limite do reajuste do empregado mais novo na função sem considerar as vantagens pessoais, e não tendo paradigma, a variação do INPC, acumulado da data de admissão até Outubro/2020, considerando como mês completo ou fração igual ou superior a 15 (quinze) dias.

Remuneração DSR



CLÁUSULA SEXTA - DSR

O empregado comissionado terá calculado o descanso semanal remunerado (DSR) de acordo com dias úteis trabalhados.

Isonomia Salarial

CLÁUSULA SÉTIMA - ISONOMIA SALARIAL

Admitido o empregado para função de outro dispensado ou promovido, será garantido a este, salário igual ao do empregado de menor salário na função, sem considerar as vantagens pessoais.

§ Único. Não poderá o empregado mais novo na empresa receber salário superior ao mais antigo na mesma função.

Descontos Salariais

CLÁUSULA OITAVA - CONFERENCIA DE CAIXA

A conferência dos valores em caixa será realizada na presença do operador responsável no encerramento do expediente diário do mesmo. Quando este for impedido pelo empregador de acompanhar a conferência, ficará isento de responsabilidade por falta ou sobra por ventura verificada.

§ Único. No decorrer do expediente a retirada de qualquer valor do caixa, por quem quer que seja, terá que ser comprovado de alguma forma, no sentido de apurar responsabilidade.

CLÁUSULA NONA - CHEQUES

As empresas não poderão descontar dos empregados as importâncias correspondentes a cheques sem fundo e notas promissórias, quando recebidos por estes na função de caixa, vendedor ou serviço assemelhado, uma vez cumprido as formalidades da empresa, as quais serão por escrito e com o ciente do empregado, e homologadas pelo Sindicato.

Gratificações, Adicionais, Auxílios e Outros 13º Salário

CLÁUSULA DÉCIMA - PRAZO PARA PAGAMENTO DO 13º

O pagamento do 13º Salário deverá ser pago nos seguintes prazos:

- A 1ª. (primeira) parcela até 30 de Novembro;
- A 2ª. (segunda) parcela até 18 de Dezembro.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA- REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E 13º

O cálculo do 13º salário dos empregados que recebem remuneração variável, terão como base para pagamento, a média dos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- COMPLEMENTO DO 13º

O pagamento do complemento do 13º salário dos empregados que recebem remuneração variável a exemplo dos comissionados, terá que ser impreterivelmente até o 5º dia útil do mês de janeiro subsequente.

Gratificação de Função

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA- ADICIONAL DE CAIXA

Aos empregados que exercem função de caixa ou serviço assemelhado haverá uma remuneração mensal de 10,0% (dez por cento) sobre o Piso salarial a título de quebra de caixa.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA – VALE TRANSPORTE

De acordo com a Lei nº 7.418/85 e 7.619/87, as empresas obrigam-se a fornecer VALE-TRANSPORTE a seus empregados contra recibo na forma do Decreto nº 95.247/87.

Contrato de Trabalho – Admissão, Demissão, Modalidades

Normas para Admissão/Contratação

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- PRAZO PARA PAGAMENTO DE RESCISÃO

Consoante a redação conferida ao Artigo 477 da CLT, o pagamento das parcelas constantes do instrumento de Rescisão, ou recibo de quitação dos empregados, deverá ser efetuado no seguinte prazo:

- a) Até o 10º. (décimo) dia contado da data da notificação da demissão, quando da ausência do Aviso Prévio, indenização do mesmo ou, dispensa de seu cumprimento. Quando o 10º (décimo) dia coincidir com Sábado, Domingo ou Feriados, a HOMOLOGAÇÃO deverá ser antecipada para o último dia útil anterior ao décimo dia.
- b) A assistência nas rescisões de contrato de trabalho dos empregados representados pelo Sindicato dos Empregados no Comércio de Três Lagoas - MS com mais de um ano de serviço, deverá ser prestada por esta Entidade Sindical, e será cobrado a taxa de R\$100,00 (cem reais) por rescisão.

Parágrafo 1º. A inobservância do disposto na presente Cláusula sujeitará o infrator a multa de 160 UFIR's por trabalhador, bem como, ao pagamento de multa em favor do empregado, em valor equivalente a sua remuneração, devidamente corrigida pela UFIR, salvo quando comprovadamente o empregado der causa a mora, o que não desobriga a empresa comunicar à Entidade Sindical no último dia em que era devida a Homologação.

Parágrafo 2º. Fica ressalvado que o não comparecimento do empregado para homologação, o empregador deverá comunicar o fato à Entidade Sindical por escrito no último dia em que deveria ser efetivado o devido pagamento.

Desligamento/Demissão

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DOCUMENTOS PARA RESCISÃO

No ato da Homologação do contrato de trabalho a empresa deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) As 2 (duas) últimas GFIP, com saldo atualizado do FGTS;
- b) A guia de recolhimento GRFP em 3 (três) vias, quando dispensa pelo empregador;
- c) Ficha ou livro de Registro de empregados;
- d) Termos de rescisão do contrato de trabalho em 5 (cinco) vias;
- e) Formulário do Seguro Desemprego, quando dispensa sem justa causa;



- f) Carta Preposto com firma reconhecida em Cartório, quando da ausência do empregador;
- g) Aviso Prévio em 3 (três) vias;
- h) Quando o empregado for menor, este deverá estar acompanhado dos pais, ou responsável legal;
- i) Atestado médico demissional, conforme determina a NR 7, da Portaria nº. 3.214/78;
- j) Extrato do FGTS, com saldo atualizado da última correção;
- k) CTPS, com as devidas anotações e baixa;
- l) A quitação será efetuada através de CHEQUE VISADO ou DINHEIRO (Moeda corrente no País), ou depósito na conta corrente de salários do empregado.

Aviso Prévio

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - AVISO PRÉVIO

Qualquer empregado, que no curso do Aviso Prévio por iniciativa da empresa obtiver novo emprego, e provar esta situação por escrito através de declaração do novo empregador, fica dispensado do cumprimento do prazo remanescente do Aviso Prévio, considerando-se rescindido o contrato de trabalho na data de efetivo desligamento, ficando as partes isentas do pagamento dos dias restantes do Aviso Prévio.

§ Único. A condição do cumprimento ou não do Aviso Prévio, deverá ser registrada no corpo do documento em questão.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA- REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E AVISO PRÉVIO

Os empregados que recebem remuneração variável a exemplo dos comissionistas, terão como base para pagamento a média dos últimos 12 (doze) meses anteriores ao pagamento da mesma, sendo desconsiderado o mês de desligamento para efeito das médias variáveis caso este ocorra antes do dia 15 (quinze), como também o mês anterior se o empregado for dispensado de cumprir o Aviso Prévio e o início deste for anterior ao dia 15 (quinze).

Outras normas referentes a admissão, demissão e modalidades de contratação

CLÁUSULA DÉCIMA NONA- FORMULÁRIOS

Quando da solicitação pelo empregado mesmo após a rescisão contratual, do preenchimento de formulários relativos a concessão de benefício vinculada a informações inerente ao período de trabalho na empresa, a mesma não poderá deixar de fazê-lo sob pena de indenização dos prejuízos advindos da negativa de fornecimento.

Relações de Trabalho – Condições de Trabalho, Normas de Pessoal e Estabilidades

Estabilidade Portadores Doença Não Profissional

CLÁUSULA VIGÉSIMA- AUXILIO DOENÇA

Fica assegurado estabilidade no emprego ao empregado que tenha auferido Auxílio doença por período igual ao seu afastamento, limitado o prazo de 90 (noventa) dias.

Outras normas de pessoal



CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA- RECIBOS

As carteiras de trabalho serão anotadas e devolvidas aos empregados, mediante recibo até 5(cinco) dias úteis após sua admissão ao emprego, e nelas serão registradas sua função, remuneração e os percentuais de comissão eventualmente pagos.

Parágrafo 1º. É obrigatório o fornecimento aos empregados de recibos de pagamento ou documento similar, constando discriminados os valores pagos, bem como, os valores dos descontos especificadamente.

Parágrafo 2º. Qualquer documento solicitado pelo empregador ou entregue pelo empregado, de qualquer natureza, deverá ser recebido mediante comprovante (RECIBO).

Parágrafo 3º. Recomenda-se aos empregadores que solicitem aos seus empregados, tanto para os casados como solteiros, Certidão de Nascimento de filhos que tenham ou venham ter durante o vínculo empregatício.

Parágrafo 4º. As empresas deverão lançar na CTPS do empregado na parte de Contribuição Sindical, o nome da Entidade Laboral favorecida, quando do lançamento da Contribuição Sindical, não sendo permitido simplesmente anotação como Sindicato de classe ou Confederativa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - DEPÓSITO DE FGTS

Qualquer que seja o local em que for feito o recolhimento do depósito do FGTS, o levantamento do mesmo pelo empregado terá que ser feito na cidade onde esteja prestando serviço, ficando em caso contrário o empregador com ônus referente a passagens e estadia que venham ser necessárias para efetivação do recebimento.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - ASSISTENCIA JURÍDICA GUÁRDA NOTURNO

As empresas prestarão assistência jurídica aos empregados guardas-noturnos ou Vigia, até trânsito em julgado, quando os mesmos no exercício da função e em defesa dos legítimos interesses e direitos dos empregadores incidirem em práticas de atos que levem a responder ação penal, através de advogados atuantes na área correspondente, contratados e pagos pela empresa.

Jornada de Trabalho – Duração, Distribuição, Controle, Faltas

Duração e Horário

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA- ESTUDANTES

Os empregados estudantes deverão ter a saída compatível com o horário escolar noturno.

Prorrogação/Redução de Jornada

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA- HORAS EXTRAS

No caso de execução eventual de horas extras, estas não poderão exceder a de 2 (duas) horas diárias (Artigo 59 da CLT), e serão remuneradas com 60% (sessenta por cento). Caso haja necessidade, que exija exceder-se as 2 (duas) horas, estas excedentes, serão remuneradas em 80% (oitenta por cento).



[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA- INTERVALO HORA EXTRA

Qualquer que seja o regime de prorrogação de trabalho em horas extras e estas sejam superior a 01:59 horas diárias, haverá um período de repouso de 15 (quinze) minutos para lanche, sem compensação.

§ Primeiro - Os empregados receberão lanches gratuitamente quando estiverem em regime de trabalho extraordinário ou o valor de R\$10,00.

§ Segundo-Para os efeitos do parágrafo primeiro serão considerados extra a partir de 50 minutos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA- DOMINGOS E FERIADOS

Os Empregados no Comércio não trabalharão nos seguintes feriados: Natal, Ano Novo, Sexta Feira da Paixão, Dia do Trabalho.

Parágrafo primeiro: Para o funcionamento dos demais feriados e domingos as empresas terão que protocolar requerimento de "autorização de funcionamento excepcional" com 7 (sete) dias úteis de antecedência, junto aos Sindicatos Laboral e Patronal, contendo assinaturas de todos os funcionários que trabalharão naquela data, mediante o pagamento de R\$ 30,00 (trinta reais) por funcionário ao Sindicato Laboral e o valor de R\$.200,00 (duzentos reais) ao SINDICATO DO COMERCIO VAREJISTA DE TRES LAGOAS. Os requerimentos deverão ser protocolados em qualquer um dos dois sindicatos, que se reunirão para deliberação do requerimento do ACORDO DE ABERTURA EXCEPCIONAL, e emitirão a devida autorização.

Parágrafo segundo: No caso da não apresentação dos comprovantes de quitação das Contribuições Assistenciais, Negocial e ou/ Confederativas, será cobrada uma taxa no valor de R\$. 500,00 (quinhentos reais) por dia de abertura, para cada um dos Sindicatos;

Parágrafo terceiro: As entidades emitirão em conjunto autorização para o funcionamento.

Parágrafo quarto: As escalas de trabalho, que se referem a estes dias serão protocoladas na entidade representante dos empregados até o quinto dia útil do mês subsequente.

Parágrafo quinto: A abertura e funcionamento da empresa sem a autorização de que trata a presente cláusula, fica estipulada multa de R\$.500,00 (quinhentos reais) para cada Sindicato e na incidência o valor será dobrado de forma consecutiva, para custeio dos serviços administrativos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - HORÁRIO DE SABADO

Os empregados no comércio cujas empresas trabalham nos Sábados, das 08:00 as 14:00 horas terão intervalo de 00:15 (quinze minutos) para Lanche, sendo as excedentes de 44 horas semanais remuneradas como horas extras.

1º Na eventualidade de que o empregado trabalhe apenas 44 horas na semana, quando a empresa processa revezamento, ou adote a carga horária diária de 7:20 horas (sete horas e vinte minutos), fica excetuado quanto ao sábado de jornada reduzida;

§ 2º A empresa que utilizar essa prática, terá o prazo até o 10º (décimo) dia útil do mês subsequente, para apresentar os comprovantes de pagamentos das horas excedentes junto ao Sindicato Laboral.

§ 3º A jornada de trabalho dos empregados no comércio de Três Lagoas - MS, será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, 36 (trinta e seis) horas semanais ou 22 (vinte e duas) horas semanais, sendo a remuneração paga na proporcionalidade da carga horaria trabalhada, utilizando-se o divisor 220 e multiplicando pela carga horária adotada.

Compensação de Jornada



CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA- BANCO DE HORAS

Poderá ser instituído o Banco de Horas, a partir de 01/11/2020, de acordo com a Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017).

§ 1º. As empresas que pretenderem a modalidade farão comunicação prévia com prazo mínimo de 20 (vinte) dias às entidades signatárias informando a pretensão, data de previsão da implantação, forma de compensação, setores envolvidos, e prazo de aplicação da modalidade, cabendo ao Sindicato dos Empregados no Comércio de Três Lagoas-MS, através de seus representantes, as explanações e esclarecimentos das dúvidas porventura existentes junto aos empregados, quando será deliberado sobre a conveniência ou não da implantação;

§ 2º. As jornadas não poderão exceder a 10h00min diárias, conforme preceitua a Lei nº 9.601/68, as horas a serem compensadas constarão nos recibos de pagamentos, e na deliberação da entidade dos trabalhadores com os empregados serão estabelecidas condições a serem cumpridas entre estas constarão obrigatoriedade além da forma de compensação, os percentuais de pagamento das horas porventura não compensadas.

Descanso Semanal

CLÁUSULA TRIGÉSIMA - ATRASOS

No caso do empregado chegar atrasado ao serviço e o empregador permitir seu trabalho neste dia, fica assegurado o repouso semanal remunerado.

Faltas

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - ABONO DE FALTAS

Fica estabelecido o abono de faltas a mãe comerciária, no caso de necessidade de consulta médica de filho com até 12 (doze) anos de idade, ou inválido mediante comprovante por declaração médica.

Outras disposições sobre jornada

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA- REUNIÕES

As reuniões programadas pela empresa e que seja obrigatório o comparecimento do empregado, deverão ser realizadas durante a jornada de trabalho ou se fora desta, mediante pagamento de horas extras.

Parágrafo 1º. As empresas ficam obrigadas a promover escala de trabalho de forma antecipada para que as prorrogações não excedam a duas horas, as quais serão remuneradas na forma da cláusula vigésima quinta.

Parágrafo 2º A abertura do comércio em horários e dias diferentes ao disposto na presente Convenção Coletiva, deverão obrigatoriamente em caso da utilização dos serviços de seus trabalhadores ou contratados temporariamente, apresentar requerimento ao Sindicato Laboral de acordo com clausula vigésima sétima paragrafo primeiro dessa Convenção

CLAUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA-HORARIO ESPECIAL DE NATAL

Em virtude das festas natalinas, os empregados no comércio de Três Lagoas poderão ter seus horários prorrogados em horário especial nos seguintes dias do mês de dezembro de 2020 e janeiro de 2021

DEZEMBRO DE 2020

- Do dia 01 até o dia 09 - Funcionamento normal;
- Do dia 10 (quinta feira) ao dia 11 (sexta feira) - das 08:00 às 21:00 horas;
- Dia 12 (sábado) - das 08:00 às 14:00 horas;



- Dia 13 (domingo) - Somente com ACORDO EXCEPCIONAL;
- Do dia 14 (segunda feira) ao dia 18 (sexta feira) - das 08:00 às 22:00 horas;
- Dia 19 (sábado) - das 08:00 às 16:00 horas;
- Dia 20 (domingo) - das 09:00 às 15:00 horas;
- Do dia 21 (segunda feira) ao dia 23(quarta feira) - das 08:00 às 22:00 horas;
- Dia 24 (quinta feira) - das 08:00 às 18:00 horas;
- Dia 25 (sexta feira) - NATAL-FECHADO
- Dia 26 (sábado) - FECHADO;
- Dia 27 (domingo) - Somente com ACORDO EXCEPCIONAL
- Do dia 28 (segunda feira) ao dia 31(quinta feira) - Funcionamento normal

JANEIRO DE 2021

- Dia 01 (sexta feira) - FECHADO
- Dia 02 (sábado) - FECHADO.
- Dia 03 (domingo) - Somente com ACORDO EXCEPCIONAL

Observações:

-As horas excedentes serão remuneradas como extras, devendo as empresas, apresentar os comprovantes de pagamento ao Sindicato Laboral no mês de janeiro de 2021 .

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA- BANCO DE HORAS

As empresas que solicitarem acordo coletivo, banco de horas de que trata a legislação, indenizarão o custo administrativo do sindicato laboral no seguinte valor: R\$ 5% (cinco por cento) do salario normativo por empregado.

a)Para a homologação do Termo Anual de Quitação a empresa pagará uma taxa no valor de R\$ 10% (dez por cento) do salario normativo por empregado.

b)A quitação expressa no Termo de Quitação Anual será relativa apenas às verbas, valores e rubricas expressos no documento, servindo de instrumento de prova, no caso de ser ajuizado ação trabalhista.

Férias e Licenças Duração e Concessão de Férias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA- FÉRIAS ESCOLARES E CASAMENTO

Fica facultado ao empregado gozar suas férias no período coincidente com as férias escolares ou na época do casamento, desde que faça tal comunicação a empresa com 60 (sessenta) dias de antecedência.

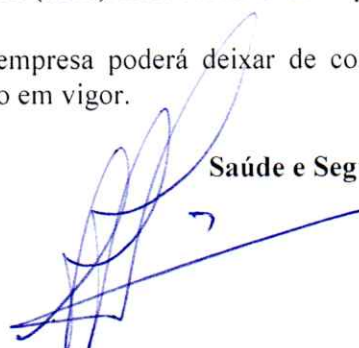
Remuneração de Férias

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA- REMUNERAÇÃO VARIÁVEL E FÉRIAS

As férias dos empregados que recebem remuneração variável terão como base para pagamento a média recebida nos últimos 12 (doze) meses anteriores ao pagamento da mesma.

§ Único. Nenhuma empresa poderá deixar de conceder férias a seus empregados dentro do período previsto na Legislação em vigor.

Saúde e Segurança do Trabalhador






Condições de Ambiente de Trabalho

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA- SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR

Recomenda-se que as empresas deverão manter as mínimas condições sanitárias e de conforto nos locais de trabalho, conforme determina a NR 24 da Portaria nº 3.214 de 08 de Junho de 1978.

Equipamentos de Segurança

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA- EMPRESAS COM FORNOS

Recomenda-se que as empresas que possuem fornos em suas atividades, tais como forno de padaria em supermercados, conveniências, deverão fazê-lo de acordo com as normas contidas nas NR's 14/15 da Portaria nº3.214 de 08 de Junho de 1978.

Equipamentos de Proteção Individual

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA- EPI

Recomenda-se que as empresas deverão obedecer às normas de utilização de equipamentos (EPI), ou ferramentas de acordo com as especificações contidas na NR 17, Portaria nº 3.214 de 08 de Junho de 1978.

Uniforme

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA - UNIFORME

As empresas ficam obrigadas a fornecerem gratuitamente a seus empregados uniforme de trabalho, quando de uso obrigatório.

Insalubridade

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA- INSALUBRIDADE

Recomenda-se que quando a empresa desenvolver atividades insalubres ou perigosas, deverá fazer **Laud** **Técnico**, acompanhado de um diretor desta entidade, pra verificação do percentual de incidência, quando insalubre.

Exames Médicos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA - EXAMES MÉDICOS

Recomenda-se que as empresas deverão manter atualizados os atestados médicos Admissionais, Periódicos e Demissionais, arcando com os seus custos, conforme determina a NR-7, da Portaria nº 3.214 de 08 de Junho de 1978, devendo mantê-lo em seus arquivos por 20 (vinte) anos, nos termos do artigo 177, do Código Civil Brasileiro.

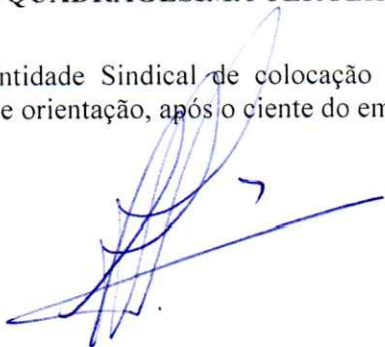
Relações Sindicais

Acesso do Sindicato ao Local de Trabalho

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA - AVISOS

Garantia a Entidade Sindical de colocação de aviso nos locais de trabalho, em lugares visíveis para comunicação e orientação, após o ciente do empregador.

Representante Sindical



CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA - DIRIGENTE SINDICAL

Nenhuma empresa poderá impedir o afastamento do empregado dirigente sindical para o exercício do seu mandato quando este for solicitado em definitivo ou temporariamente e sem ônus para a empresa.

Contribuições Sindicais

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA – CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL/ CONFEDERATIVA LABORAL

A Contribuição Negocial/Confederativa dos integrantes da categoria, abrangidos e beneficiados pela presente Convenção Coletiva de Trabalho (art. 8º da Constituição Federal Item III e IV e art. 462 e 513, letra "e" da CLT), será descontada pelos empregadores, a favor do SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TRES LAGOAS-MS, em folha de pagamento a razão de 5,0% (cinco por cento), do salário remuneração do empregado nos meses de novembro de 2020 e maio de 2021 e agosto de 2021 e, limitado a R\$. 80,00 (oitenta reais) por empregado.

Parágrafo único: O recolhimento da Contribuição negocial/ Confederativa Laboral, constante do "caput" da presente cláusula, deverá ser efetuado até o dia 10(dez) do mes dezembro de 2020, dez de junho 2021 e 10 de setembro de 2021, em guias solicitadas e disponível no E-mail sindicato.empcomercio@hotmail.com., sem nenhum ônus para o empregador. A falta de recolhimento pela empresa no prazo previsto acarretará multa de 5,0% (cinco por cento) ao mês de atraso e juros de 1%(um por cento) ao mês, além da atualização pela taxa SELIC, multa e juros que serão aplicados sobre os valores corrigidos.

Parágrafo Único: O atraso no recolhimento nos prazos previstos fica sujeito a multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês. O não recolhimento implicará em cobrança judicial, com os acréscimos pertinentes.

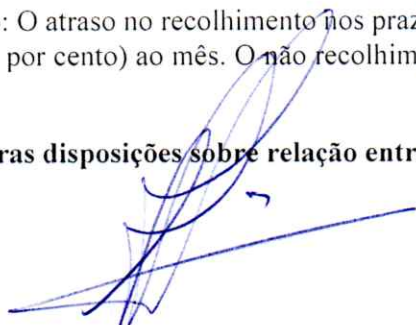
CLAUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA- CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL PATRONAL

As empresas representadas e integrantes da categoria econômica na base territorial e beneficiados pelo presente instrumento, recolherão a título de Contribuição Assistencial Patronal, nos termos do artigo 8º da Constituição Federal e letra "e" do artigo 513 da CLT, devidamente aprovada em Assembléia Geral do Conselho de Representantes e do Sindicato do Comercio Varejista de Três Lagoas, em impresso fornecido pelo Sindicato por duas vezes até as datas de 31.05.2021 e 30.09.2021, conforme tabela abaixo:

MEI-MICRO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL.....	R\$. 50,00
EMPRESAS COM UM EMPREGADO	R\$. 75,00
EMPRESAS COM DOIS EMPREGADOS	R\$. 100,00
EMPRESAS COM TRES A CINCO EMPREGADOS.....	R\$. 250,00
EMPRESAS COM SEIS A DEZ EMPREGADOS.....	R\$. 400,00
EMPRESAS COM ONZE A QUINZE EMPREGADOS.....	R\$. 600,00
EMPRESAS COM DEZESSEIS A VINTE EMPREGADOS.....	;;R\$. 800,00
EMPRESAS COM VINTE E UM A TRINTA EMPREGADOS.....	R\$.200,00
EMPRESAS COM TRINTA E UM A CINQUENTA EMPREGADOS.....	R\$.1.750,00
EMPRESAS ACIMA DE CINQUENTA EMPREGADOS	R\$.2.250,00

Paragrafo Único: O atraso no recolhimento nos prazos previstos fica sujeito a multa de 2%(dois por cento) e juros de 1%(um por cento) ao mês. O não recolhimento implicará em cobrança judicial, com os acréscimos pertinentes.

Outras disposições sobre relação entre sindicato e empresa



CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA CÓPIA DAS GUIAS

Os empregadores remeterão ao Sindicato Laboral, no prazo de 15 (quinze) dias contados da data do recolhimento da Contribuição de seus empregados, relação nominal dos empregados contribuintes, indicando a função de cada um, o salário recebido no mês que corresponder a Contribuição e o respectivo valor recebido.

Parágrafo 1º. Qualquer empregado, sindicalizado, que venha ser admitido no período da presente Convenção, desde que não tenha feito o desconto da contribuição em emprego anterior em empresa abrangida pela presente Convenção terá que ser feito o desconto no pagamento do 1º (Primeiro) mês completo de Trabalho, devendo o valor ser recolhido para o Sindicato dos Empregados no Comércio de Três Lagoas - MS.

Parágrafo 2º. A falta do recolhimento nos prazos previstos implicará em multa de 2% (dois por cento) juros de mora de 1% ao mês, atualização monetária pela SELIC, aplicadas sobre o valor principal, devidas pelo empregador que deixou de repassar ou descontar os valores devidos ao SINDICATO.

Parágrafo 3º. As empresas farão relação dos empregados e respectivo valor do desconto no verso da guia de Recolhimento que será fornecida pela Entidade Laboral ou em papel timbrado da empresa se for o caso.

Parágrafo 4º. As empresas deverão solicitar à Entidade laboral as guias para Recolhimento das Contribuições que estarão à disposição e sem nenhum ônus.

Disposições Gerais Mecanismos de Solução de Conflitos

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA - DISSÍDIO COLETIVO

A ausência de entendimento, visando Acordo ou Convenção Coletiva de Trabalho entre entidade sindical representativa de empregados com os empregadores ou entidade sindical representativa dos empregadores será resolvida via Dissídio Coletivo de Trabalho.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA- FORO COMPETENTE

Os litígios da presente Convenção, bem como as dúvidas e casos omissos, inclusive às AÇÕES DE CUMPRIMENTO terão como FORO competente, a JUSTIÇA DO TRABALHO.

Aplicação do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA - NORMAS DA CLT

Os efeitos dos artigos consolidados (CLT) vigentes nesta data permanecerão até 31/10/2021, ou seja, enquanto vigorar a presente CCT.

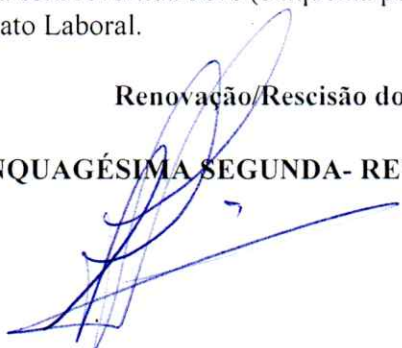
.Descumprimento do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA - DESCUMPRIMENTO DA CCT

A infração de qualquer Cláusula da Presente Convenção Coletiva de Trabalho acarretará multa ao infrator, ora estabelecida de 100% (cem por cento) do Piso Salarial desta Convenção Coletiva, por trabalhador prejudicado. A multa será revertida 50% (cinquenta por cento) ao empregado prejudicado e 50% (cinquenta por cento) ao Sindicato Laboral.

Renovação/Rescisão do Instrumento Coletivo

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA- REVISÃO



Com a concordância das partes, caso seja definida uma nova política salarial, comprometem-se no prazo de 6 (seis) meses, renegociar a presente Convenção.

Outras Disposições

CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA- DURAÇÃO

A presente Convenção terá o prazo de vigência de 1 (um) ano, com início em 01/11/2020 e término em 31/10/2021 podendo ser prorrogada, revisada, denunciada ou revogada nos termos do Artigo 615 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

Fica decidido entre as entidades laboral e patronal, que essa Convenção Coletiva de Trabalho 2020/2021, após o fim da vigência, terá validade em sua totalidade até que uma nova Convenção Coletiva de Trabalho seja negociada ou definida novamente entre as entidades representativas.

E, por estarem certos e contratados nas Cláusulas e condições da presente Convenção, que é firme e valiosa para abranger por seus dispositivos, todos os contratos de trabalho individuais dos componentes de Classe e Categoria, na base territorial de Três Lagoas, os representantes das partes contratantes firmam a presente.

Três Lagoas (MS), 01 de Novembro de 2020.

FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DE MS
EDISON FERREIRA DE ARAUJO
CPF: 289.039.438-72
RG:000.526.754-SSP-MS

SINDICATO DO COMÉRCIO VAREJISTA DE TRÊS LAGOAS
SUEIDE SILVA TORRES-PRESIDENTE
CPF.: 080.664.771-04
RG.: 045.508-SSP-MS

SINDICATO DOS EMPREGADOS NO COMERCIO DE TRES LAGOAS
EURIDES SILVEIRA DE FREITAS-PRESIDENTE
CPF.: 237.252.571-91
RG.: 000.030.688-SSP-MS

O presente registro destina-se apenas à conservação, a fim de assegurar autenticidade, publicidade, eficácia contra terceiros e garantir a perpetuidade, conforme art. 743, c/c art. 740, VII do Código de Normas da Corregedoria-Geral de Justiça e art. 127, inciso VII, da Lei de Registros Públicos 6.015/1973.



4º Ofício
AV. CAP. OLINTO MANCINI, 570 - CENTRO - CEP: 79.601-091 - TRÊS LAGOAS - MS
FONE: (67) 3521-2249 / 3521-6145 - E-mail: contato@cartorio4t.com.br
Eliane Ribas de Oliveira

PROCOLO Nº 16460
Data Prot.: 31/05/2021
Livro: B - - Registro Nº 9750
Data Reg.: 01/06/2021
Selo Digital: AEX13694-182-NOR
Consulte em www.tjms.jus.br

Alessandra Barbosa Evangelista

Emolumentos	R\$
FUNJECC 10%	7,80
FUNJECC 5%	3,90
FUNADEP 6%	4,68
FUNDE-PGE 4%	3,12
FEAD-MP 10%	7,80
ISSQN	0,00
SELO	1,50
TOTAL	102,90

Consulte o selo utilizando o QR CODE ou pela: <https://www.tjms.jus.br/corregedoria/selos/pesquisaSelo.php>

Alessandra B. Evangelista
Escritoriente
do Serviço Notarial
Três Lagoas/MS